

HABEAS CORPUS Nº 548.576 - MT (2019/0356769-9)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : MARCELO LEANDRO SONNTAG E OUTRO
ADVOGADOS : DOUGLAS SILAS DE PADUA ALVES - MT019984
MARCELO LEANDRO SONNTAG - MT019893
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : MAIRA RODRIGUES FISCHER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **MAIRA RODRIGUES FISCHER**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso** no **Writ n. 1014259-39.2019.8.11.0000**.

Depreende-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante, em 1/4/2019 (fls. 38-44), e denunciada, em 11/4/2019, como incurso no art. 121, c.c. o art. 14, II, ambos do Código Penal (fls. 31-32), tendo a custódia sido convertida em preventiva em 2/4/2019 (fls. 64-65).

A exordial acusatória foi recebida em 12/4/2019 (fl. 91). Posteriormente, em 8/8/2019, o **Parquet** estadual pugnou pelo aditamento da denúncia a fim de alterar a capitulação do delito cometido pela acusada - art. 121, § 2º, II e IV, c.c. o art. 29, ambos do Código Penal (fls. 181-183), pleito que foi deferido pelo d. Juízo de origem em 9/8/2019 (fl. 190).

Irresignada, a Defesa ajuizou prévio **writ** perante o eg. Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos do v. acórdão de fls. 264-271 assim ementado:

*"HABEAS CORPUS – PRISÃO EM FLAGRANTE
DELITO CONVERTIDA EM PREVENTIVA – TENTATIVA DE
HOMICÍDIO QUALIFICADO – TESE NEGATIVA DE AUTORIA
DEFENSIVA QUE EXIGE ANÁLISE PORMENORIZADA DO
CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO – INVIABILIDADE NA VIA
ELEITA – PRETENSÃO TÍPICA DE AÇÃO DE CONHECIMENTO –
– ADITAMENTO DA DENÚNCIA – EXCESSO DE PRAZO PARA*

FORMAÇÃO DA CULPA INOCORRÊNCIA – DILAÇÃO PROCESSUAL QUE NÃO SE REVELA GRITANTE OU COM GÊNESE EM INDOLÊNCIA JUDICIÁRIA – INSTRUÇÃO ENCERRADA – FEITO NA FASE DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS – INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ – AUSÊNCIA DOS – INOCORRÊNCIA – PERMANÊNCIA DOS MOTIVOS QUE PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CPP ENSEJARAM O DECRETO PREVENTIVO – NECESSIDADE E UTILIDADE DA SEGREGAÇÃO – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – REITERAÇÃO DELITIVA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL INOCORRENTE – . ORDEM DENEGADA"

No presente **writ**, alega, em síntese, que a paciente padece de flagrante constrangimento ilegal *"uma vez que o aditamento da denúncia foi feito em desconformidade com a regra estabelecida no art. 384 do CPP, Que a defesa técnica da paciente foi feita de maneira deficiente, uma vez que não se manifestou diante da evidente irregularidade do aditamento e do consequente prejuízo à defesa; que a Ré só foi intimada pessoalmente em relação ao aditamento após o seu interrogatório, que não lhe foi oportunizado novo interrogatório após sua intimação, o que restringiu o seu direito à ampla defesa e ao contraditório; e ainda, que a sua prisão foi mantida com base em elementos abstratos"* (fl. 277).

Aduz que, *"diante da realidade atual, em que a Paciente foi intimada a respeito do aditamento da denúncia apenas após o seu interrogatório; de que a sua Defensora não se insurgiu contra o aditamento realizado em desconformidade com a legislação; De que não foi oportunizado à Ré novo interrogatório após sua intimação a respeito do aditamento; E de que não foi declarada indefesa pelo juiz. Fica evidenciada a irregularidade da continuidade da sua prisão, bem como a necessidade da flexibilização da súmula 52 do STJ"* (fl. 278).

Invoca o enunciado sumular n. 523 do Supremo Tribunal Federal.

Sustenta, ainda, que o r. **decisum** que converteu a segregação da acusada em preventiva *"se baseou na gravidade do crime em abstrato e na comoção pública 'opinião pública', sem levar em conta a possibilidade em*

concreto de reincidência, de risco de fuga ou de interferência nas investigações, nem qualquer hipótese concretamente válida para manutenção da prisão no caso em análise" (fl. 282).

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, "para fazer cessar a coação ilegal de que esta sendo vítima a paciente, mandado que se expeça o competente Alvará de Soltura, revogando a prisão cautelar de natureza processual da paciente, e/ou substituindo-a por medidas diversas, pelos fatos e fundamentos ut retro perfilados, assim como anulando os trâmites após o aditamento da denúncia" (fl. 284).

É relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Diante das alegações expostas na inicial, entretanto, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, a análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito da impetração e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator